



Município de Leiria
Câmara Municipal

**Exmo(s). Senhor(es) Administrador(es)/ Dirigente(s)
Na(s) pessoa(s) do(s) seu(s) representante(s)
legal(is)**

N/ ref.ª: Pendente 404769

ASSUNTO: Convite à apresentação de proposta

CONSULTA PRÉVIA N.º 33/2021/DICP – T-48/2021 – ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REABILITAÇÃO DO SOLAR DE ARTES DA BARREIRA (código de CPV 71250000-5 – Serviços de arquitectura, engenharia e levantamento topográfico)

I – ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o Município de Leiria, sita em Largo da República, 2414-006 Leiria, com o número de telefone 244 839 545 e com o endereço de correio eletrónico dicpempreitadas@cm-leiria.pt e plataforma eletrónica com endereço www.anogov.com.

II – DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão foi tomada por despacho do Senhor Presidente / da Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal de Leiria.

III – PROCEDIMENTO DE AQUISIÇÃO

O presente procedimento por consulta prévia é efetuado nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

IV – PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do presente convite, caderno de encargos e respetivos anexos, bem como a lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças por si detetados, devem ser colocados na plataforma eletrónica com endereço www.anogov.com, no **primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas**.
2. Os esclarecimentos serão prestados Júri do Procedimento, através da plataforma eletrónica referida no número anterior, até ao dia anterior ao termo do prazo para apresentação de propostas, nos termos do artigo 116.º do CCP, uma vez que aquele prazo é inferior a 9 dias.
3. No prazo definido no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deverá pronunciar-se sobre os erros e omissões, bem como proceder às retificações sobre as peças procedimentais.
4. Os esclarecimentos e as retificações farão parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecerão sobre estas em caso de divergência.

V - CONCORRENTES

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participe no procedimento de formação de um contrato, mediante a apresentação de uma proposta.
2. Serão admitidos os concorrentes que cumpram, cumulativamente, os seguintes requisitos:



Município de Leiria Câmara Municipal

- a) Não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP;
- b) Reúnam todos os requisitos legais constantes deste procedimento.

VI – PROPOSTA

1. O concorrente manifesta, na proposta, a sua vontade de contratar e indicará as condições em que se dispõe a fazê-lo.
2. Na proposta o concorrente deve indicar o preço total do serviço, de acordo com o **Anexo III**.
3. Todos os preços deverão ser expressos em euros, em algarismos, e não incluirão o IVA, devendo o concorrente indicar a respetiva taxa legal aplicável deste imposto.
4. Os preços totais apresentados terão um máximo de 2 casas decimais.
5. As propostas terão de ser apresentadas na plataforma eletrónica www.anogov.com, contendo **assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poderes para o efeito**, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.
6. Todas as despesas inerentes à elaboração da proposta serão da responsabilidade do concorrente.

VII – DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** (de acordo com alterações em vigor desde 01.01.2018);
 - b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, devendo especificar, obrigatoriamente e sob pena de exclusão:
 - i) **Proposta de preço total**, em conformidade com o **Anexo III, (ficheiro em excel anexo)** apenso ao presente convite;
2. Poderá ser junto à proposta a certidão do **registo comercial** (certidão permanente) ou códigos de acesso à mesma, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente que permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura.
3. Todos os documentos terão de conter assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante, de acordo com o disposto nos artigos n.º 4 do artigo 57.º do CCP.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assistente.
5. Os documentos que integram a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

VIII – PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1. As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas, na plataforma eletrónica com endereço www.anogov.com, até às **23h59 do 7.º dia** a contar da data de notificação do convite (data e hora referidas na referida plataforma).
2. As propostas e os documentos que as acompanham serão entregues através da plataforma eletrónica até à data e horas definidas na alínea anterior.
3. O concorrente deverá prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora fixada no n.º 1 desta Cláusula.

IX – PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA

O prazo da obrigação de manutenção da proposta será de 90 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

**X – ANÁLISE DAS PROPOSTAS**

1. São excluídas as propostas que apresentem algum(ns) dos motivos constantes dos artigos 70.º e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º do CCP.
2. A adulteração do anexo III (Proposta e lista de preços unitários) disponibilizado pela entidade adjudicante, no que diz respeito à forma e/ou à falta de apresentação dos conteúdos e/ou dos cálculos solicitados, é suscetível de constituir também causa de exclusão da proposta.
3. Na análise das propostas o júri do procedimento terá em consideração os documentos exigidos no presente convite, bem como quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, que contenham os atributos da proposta e que o concorrente considere indispensáveis para avaliação da mesma.

XI - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de avaliação do preço.
2. Em caso de empate será realizado um sorteio de bolas, a realizar em ato público a convocar pelo júri do procedimento, por forma a seleccionar a proposta a adjudicar.

XII – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

1. O adjudicatário deve apresentar, no **prazo de 10 dias úteis** a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*:
 - a) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo constante do anexo II do presente ofício convite (declaração de não impedimento, conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos - de acordo com alterações em vigor desde 01.01.2018);
 - b) Declaração de situação regularizada relativamente a contribuições para a **segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - c) Declaração de situação regularizada relativamente a **impostos** devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - d) **Certificado(s) de registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, da entidade, bem como de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
 - e) Documento que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar (certidão permanente ou documento equivalente).
2. O adjudicatário deverá, ainda, no mesmo prazo, entregar os seguintes elementos indispensáveis à outorga do contrato:
 - a) N.º de Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade / N.º de Contribuinte / Naturalidade e residência da(s) pessoa(s) que intervêm no contrato;
 - b) Documento(s) comprovativo(s) de que a pessoa que intervém no contrato tem poderes para tal.
3. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um **prazo adicional de 2 dias úteis**, destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP.
4. Os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.
5. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.
6. Podem ainda ser solicitados, pelo órgão competente, ao adjudicatário quaisquer documentos comprovativos das habilitações ou certificações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo razoável para o efeito.

XIII – CAUÇÃO

1. O adjudicatário deve prestar, no **prazo de 10 dias** a contar da notificação de adjudicação, uma caução no valor de 5% do preço contratual, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exacto e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.



Município de Leiria Câmara Municipal

2. Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário será de 10% do preço contratual.
3. A caução referida nos números anteriores deve ser prestada:
 - a. Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português, nos termos do modelo constante do **Anexo IV**;
 - b. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do **Anexo V**.

XIV – CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

A adjudicação caduca quando:

- a) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto nos artigos 86.º, 87.º e 87.º-A do CCP;
- b) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para outorga do contrato ou não remeter o contrato assinado eletronicamente no prazo fixado pelo órgão competente, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto no artigo 105.º do CCP;
- c) O adjudicatário não confirmar os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP;
- d) Se se verificar a ocorrência de circunstâncias supervenientes que inviabilizem a celebração do contrato, nos termos do disposto no artigo 87.º-A do CCP.

XV - ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

1. A minuta do contrato a celebrar deverá ser notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos dois dias úteis subsequentes à respetiva notificação.

XVI - RECLAMAÇÃO CONTRA A MINUTA

- 1 - Serão admissíveis reclamações contra a minuta do contrato quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que serviram de base ao concurso.
- 2- Em caso de reclamação, o órgão competente que aprovou a minuta do contrato comunicará ao adjudicatário, no prazo de 10 dias, o que houver decidido sobre a mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

XVII - CELEBRAÇÃO DO CONTRATO ESCRITO

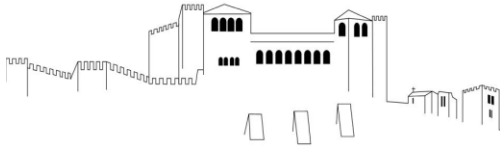
1. A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 dias úteis contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a. Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - b. Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.
2. A entidade pública contratante comunicará ao adjudicatário:
 - a. Com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, a data, hora e local em que ocorrerá a outorga do contrato, no caso de assinatura presencial; ou
 - b. Num prazo não inferior a 3 (três) dias úteis, o prazo para outorga e remessa do contrato, no caso de assinatura por meios eletrónicos, sendo esta considerada a modalidade preferencial por parte do Município de Leiria.

XVIII – CADERNO DE ENCARGOS

Faz parte integrante do presente ofício convite, o Caderno de Encargos.

XIX - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que o presente convite for omissivo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.



Município de Leiria
Câmara Municipal

Com os melhores cumprimentos,

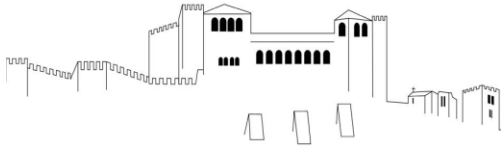
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA / A VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA,

Gonçalo Lopes
PRESIDENTE
01-04-2021
«Assinatura Digital Certificada»

1

Gestora do Processo: Isabel Marto

2021.03.31/MS/ Minutado: IM Revisto: MS



ANEXOS

- Anexo I – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP
- Anexo II – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP
- Anexo III – Modelo de Proposta base e lista de preços unitários, (ficheiro em excel)
- Anexo IV – Modelo de Guia de Depósito Bancário
- Anexo V – Modelo de Garantia Bancária/Seguro de Caução

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas **alíneas b), d), e) e h)** do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁴⁾].

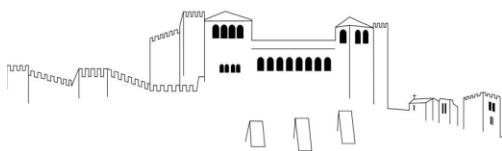
⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

⁽⁴⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas **b), d), e) e h)** do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

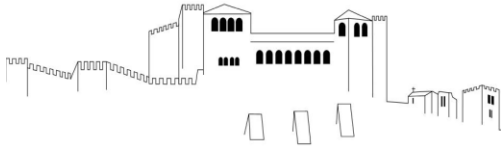
⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

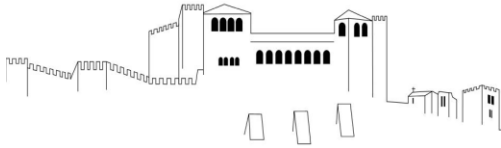
[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]



Município de Leiria
Câmara Municipal

ANEXO III

**Proposta base e lista de preços unitários
[Ficheiro em excel]**



Município de Leiria
Câmara Municipal

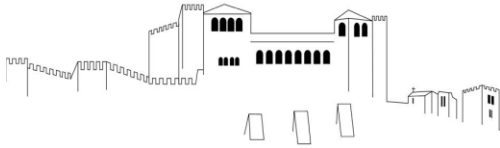
Anexo IV

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Euros _____ €

Vai _____ (*nome do adjudicatário*), com sede em _____ (*morada*), depositar na _____ (*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco _____ a quantia de _____ (*por algarismos e por extenso*) em dinheiro/em títulos (*eliminar o que não interessa*), como caução exigida para _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (*entidade adjudicante*), a quem deve ser remetido o respectivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

**MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO**

Garantia bancária/seguro de caução n.º _____

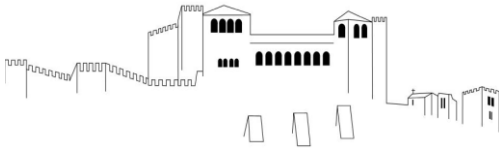
Em nome e a pedido de _____ (*adjudicatário*), vem o(a) _____ (*instituição garante*), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (*entidade adjudicante beneficiária*), uma garantia bancária/seguro-caução (*eliminar o que não interessar*), até ao montante de _____ (*por algarismos e por extenso*), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (*eliminar o que não interessar*) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 10% (*em caso de preço anormalmente baixo*) ou 5% (*eliminar o que não interessar*) do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (*eliminar o que não interessar*) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objecções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]



Município de Leiria
Câmara Municipal

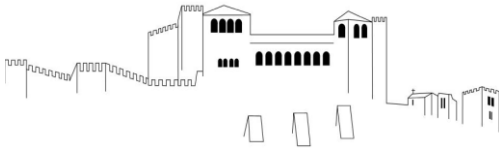
Departamento de Infraestruturas e Manutenção

T48/2021 – Elaboração do Projeto de Reabilitação do Solar de A

ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REABILITAÇÃO do SOLAR DAS ARTES – BARREIRA

Consulta prévia

1



T48/2021 – Elaboração do Projeto de Reabilitação do Solar de A

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE DO CADERNO DE ENCARGOS

Parte I - Cláusulas Jurídicas

Capítulo I - Disposições gerais

- Cláusula 1.^a - Objeto
- Cláusula 2.^a - Preço Base
- Cláusula 3.^a - Contrato
- Cláusula 4.^a - Prazo de execução
- Cláusula 5.^a - Prorrogação dos prazos contratuais

2

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I | Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I | Disposições gerais

- Cláusula 6.^a - Obrigações principais do prestador de serviços

Subsecção II | Dever de sigilo

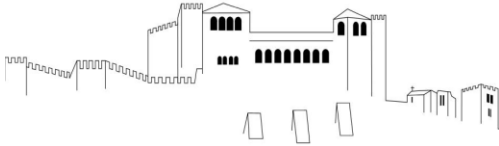
- Cláusula 7.^a - Informação e sigilo

Secção II | Obrigações do Município de Leiria

- Cláusula 8.^a - Preço contratual
- Cláusula 9.^a - Revisão de preços
- Cláusula 10.^a - Condições de pagamento

Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

- Cláusula 11.^a - Penalidades contratuais
- Cláusula 12.^a - Força maior
- Cláusula 13.^a - Resolução por parte do contraente público



Município de Leiria

Câmara Municipal

Departamento de Infraestruturas e Manutenção

T48/2021 – Elaboração do Projeto de Reabilitação do Solar de Artes da Barreira

Capítulo IV - Caução e seguros

Cláusula 14.^a - Execução da caução

Cláusula 15.^a - Seguros

Capítulo V - Resolução de litígios

Cláusula 16.^a - Foro competente

Capítulo VI - Disposições finais

Cláusula 17.^a - Subcontratação e cessão da posição contratual

Cláusula 18.^a - Responsabilidade

Cláusula 19.^a - Comunicações e notificações

Cláusula 20.^a - Contagem dos prazos

Cláusula 21.^a - Legislação aplicável

Parte II - Cláusulas Técnicas

Cláusula 22.^a - Objetivos da Obra, condições e quantidades dos serviços a prestar

Cláusula 23.^a - Características gerais da obra

Cláusula 24.^a - Localização da obra

Cláusula 25.^a - Levantamento topográfico e levantamento arquitetónico

Cláusula 26.^a - Fase do estudo Prévio

Cláusula 27.^a - Estudo geológico e geotécnico

Cláusula 28.^a - Fase de Anteprojecto

Cláusula 29.^a - Projeto de execução

Cláusula 30.^a - Equipa Técnica

Cláusula 31.^a - Elementos a fornecer pelo Município de Leiria

Cláusula 32.^a - Acompanhamento dos estudos e projetos

Cláusula 33.^a - Alterações exigidas

Cláusula 34.^a - Revisão de projeto

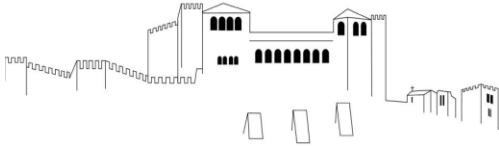
Cláusula 35.^a - Estudo Económico

Cláusula 36.^a - Exemplares a fornecer à Câmara Municipal de Leiria e modo de apresentação

Cláusula 37.^a - Assistência técnica e assistência técnica especial

Cláusula 38.^a - Condicionantes orçamentais

Cláusula 39.^a - Manutenção do espaço



Município de Leiria Câmara Municipal

Departamento de Infraestruturas e Manutenção
T48/2021 – Elaboração do Projeto de Reabilitação do Solar de Artes da Barreira

Consulta Prévia N.º 33/2021/DICP

CADERNO DE ENCARGOS

Parte I - Cláusulas Jurídicas

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.ª | Objeto do Procedimento

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, cujo objeto principal visa a aquisição de serviços a prestar referentes à elaboração de "Elaboração do Projeto de Reabilitação do Solar de Artes da Barreira".
2. As condições da prestação de serviços deverão ter em conta o preconizado nas Cláusulas Técnicas que constituem a parte II do presente Caderno de Encargos, que discriminam os serviços a executar.

Cláusula 2.ª | Preço base

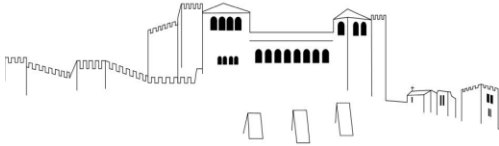
1. O preço base é de 74.850,00€ + IVA€ (setenta e quatro mil e oitocentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base corresponde ao valor máximo a pagar pela prestação do serviço que constitui o objeto do contrato.

Cláusula 3.ª | Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. A prestação de serviço objeto do contrato e todos os atos que ao mesmo digam respeito obedecerão ao programa de procedimento e ao presente caderno de encargos.

Para o seu cumprimento o adjudicatário atenderá:

- a) Ao programa de procedimento, caderno de encargos, demais peças escritas e desenhadas, bem como ao estabelecido em todos os documentos que deles fazem parte integrante ou quaisquer aditamentos que venham a ser estabelecidos de comum acordo entre a Câmara Municipal de Leiria e o adjudicatário;
 - b) Aos regulamentos dos organismos de classe que regulam o exercício da sua atividade profissional e de todos os indivíduos ao seu serviço, neste projeto, independentemente da sua qualificação e do regime de prestação de serviço;
 - c) Às melhores técnicas de execução de cada um dos trabalhos do projeto;
 - d) Aos regulamentos técnicos, normas e especificações e legislação em vigor;
 - e) Às conclusões das reuniões de acompanhamento, com os elementos indigitados para o efeito;
 - f) Às alterações que venham a ser necessárias e que lhe forem determinadas pela Câmara Municipal de Leiria, mesmo que não sejam explícitas nos termos do concurso e que não adulterem os pressupostos do mesmo. Caso as modificações impliquem a realização de serviços a mais, os seus termos deverão obedecer aos procedimentos legais a esta aplicáveis.
3. Para os efeitos estabelecidos na alínea a) do ponto 2, consideram-se integrados no contrato o programa de procedimento, o caderno de encargos, a proposta do adjudicatário, bem como o estabelecido em todos os documentos que deles fazem parte integrante e ou todos os outros documentos que sejam referidos neste caderno de encargos.
 4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o contrato a celebrar integra, ainda, os seguintes elementos:



Município de Leiria

Câmara Municipal

Departamento de Infraestruturas e Manutenção

T48/2021 – Elaboração do Projeto de Reabilitação do Solar de Artes da Barreira

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

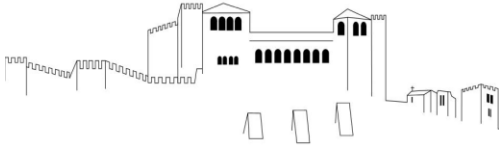
5. Regras de interpretação dos documentos que regem os trabalhos:

- a) As divergências que, porventura, existam entre os vários documentos que se considerem integrados no contrato, nomeadamente os referidos no número anterior, se não puderem ser solucionados pelos critérios legais de interpretação, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são aí indicados.
- b) Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1.1.3 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31.08, doravante designado por CCP, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º deste diploma legal.

6. Além dos documentos indicados no n.º 2, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

Cláusula 4.ª | Prazo de execução

1. O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. Os prazos para elaboração e entrega de cada fase de trabalho, no âmbito da prestação de serviços, deverão ser os seguintes:
 - a) 1.ª Fase: Elaboração dos levantamentos topográfico e edificado – 30 dias a contar da data de assinatura do contrato;
 - b) 1.ª Fase: Elaboração do Estudo Prévio – 30 dias a contar da data de assinatura do contrato;
 - c) 2.ª Fase Elaboração do Projeto Base ou Projeto de Licenciamento, incluindo os projetos de especialidades para aprovação nas Entidades – 30 dias após aprovação do Estudo Prévio;
 - d) 3.ª Fase: Elaboração do Projeto de Execução, incluindo elementos para processo de concurso (incluindo PSS e PGRCD) - 30 dias, a contar da data de aprovação do Anteprojecto (com pareceres favoráveis das entidades);
 - e) 4.ª Fase: Assistência técnica: a prestar de acordo com a evolução da execução dos trabalhos.
3. O prazo global é de **120 dias** e começa a contar a partir da data de assinatura do contrato da presente prestação de serviços, sendo interrompido com a entrega das 1.ª, 2.ª e 3.ª Fases e reiniciado após comunicação de aprovação, por parte da Câmara Municipal de Leiria.
4. O prazo correspondente à Assistência Técnica incluirá o tempo necessário para a preparação dos concursos para a adjudicação das empreitadas e apreciação das respetivas propostas bem como o apoio técnico durante a execução das obras para esclarecimento de dúvidas.



Município de Leiria

Câmara Municipal

Departamento de Infraestruturas e Manutenção

T48/2021 – Elaboração do Projeto de Reabilitação do Solar de Artes da Barreira

5. O prestador de serviços obrigará-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos estudos e projeto objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
6. Com a entrega dos estudos e projeto objeto do contrato, ocorrerá a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o prestador de serviços.
7. Serão da responsabilidade do prestador de serviços todas as despesas e custos com o objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega.
8. Os estudos e projetos a realizar no âmbito da presente prestação de serviços deverão ser entregues no Departamento de Infraestruturas e Manutenção da Câmara Municipal de Leiria, até ao termo do prazo referido no número seguinte, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Cláusula 11.ª.

Cláusula 5.ª | Prorrogação dos prazos contratuais

1. Será motivo de prorrogação dos prazos contratuais a existência de trabalhos além dos previstos no contrato.
2. Sempre que seja indispensável introduzir alterações a estudos ou fases do projeto já aprovadas, por razões não imputáveis ao adjudicatário, as datas previstas para ultimate das fases subsequentes àquela em que a alteração foi introduzida serão adiadas, se necessário, por um número de dias igual aos concedidos ao adjudicatário para executar as alterações determinadas.
3. Em qualquer dos casos referidos, a prorrogação do prazo será sempre objeto de acordo prévio entre as duas partes contratuais e deverá ser solicitada, por escrito, pelo adjudicatário, com justificação adequada.

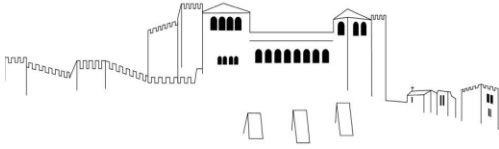
Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I | Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I | Disposições gerais

Cláusula 6.ª | Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrerão para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) Obrigação de entrega dos estudos e projeto em conformidade com o conteúdo obrigatório aplicável da Portaria n.º 701/-H/2008, de 29 de julho e demais legislação e especificações técnicas em vigor;
 - b) Obrigação de executar o serviço nos termos das disposições do presente caderno de encargos, de acordo com as fases de entrega de trabalho identificadas no n.º 2 da Cláusula 4.ª;
 - c) Obrigação de prestar os serviços de acordo com condições fixadas na parte II do presente Caderno de Encargos e de acordo com condições expressas na sua proposta;
 - d) Obrigação de não alterar as condições da prestação dos serviços;
 - e) Obrigação de designar um técnico coordenador, de acordo com o perfil e condições constantes da Parte II do presente Caderno de Encargos;
 - f) Obrigação de cumprir com a legislação em vigor e demais legislação que entretanto venha a ser publicada no âmbito do objeto do contrato
 - g) Obrigação de não ceder a sua posição contratual sem prévia autorização do Município de Leiria;
 - h) Obrigação de prestar de forma correta e fidedigna todas as informações referentes às condições em que é prestado o serviço, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias



Município de Leiria

Câmara Municipal

Departamento de Infraestruturas e Manutenção

T48/2021 – Elaboração do Projeto de Reabilitação do Solar de Artes da Barreira

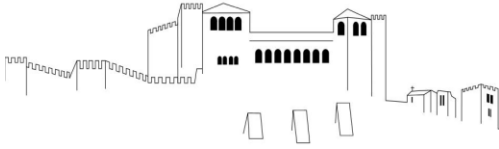
- i) Obrigação de comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
2. São ainda obrigações do adjudicatário, no que se refere ao projeto de execução:
- a) O adjudicatário obriga-se a reconhecer localmente o território da intervenção, sendo da sua responsabilidade verificar todas as implicações no projeto.
 - b) Devem os autores dos projetos inteirar-se junto das entidades competentes e comunicar à Câmara Municipal de Leiria, quaisquer condicionalismos que possam dificultar o licenciamento e/ou a aprovação da proposta de intervenção.
 - c) A Câmara Municipal de Leiria irá promover as diligências necessárias, e, suportar todos os encargos, respeitantes ao licenciamento/ aprovação/certificação dos projetos de execução que venham a ser elaborados, junto das entidades competentes, sendo da responsabilidade do adjudicatário o fornecimento e organização de todos os exemplares (quantidade e formato exigível) dos processos necessários para o efeito, segundo a legislação e regulamentos em vigor aplicáveis.
 - d) O adjudicatário obriga-se a executar, nas condições de preço contratadas, todos os trabalhos enumerados no contrato, no caderno de encargos e nos estudos subsidiários necessários para um perfeito esclarecimento do projeto na realização do empreendimento.
 - e) O adjudicatário assume plena responsabilidade pelos serviços contratados, sendo, portanto, o único responsável perante a Câmara Municipal de Leiria.
 - f) Fica, porém, isento de responsabilidade pelos erros e ou deficiências que resultem diretamente de informação errónea fornecida pela Câmara Municipal de Leiria ou do cumprimento de instruções escritas por esta transmitidas e que lhe tenham merecido contestação escrita;
 - g) Coordenação dos diversos projetos, atestando a compatibilidade entre os mesmos.
 - h) Resposta aos esclarecimentos reportados ao Júri do procedimento, no âmbito do concurso para a celebração do contrato de empreitada, no prazo máximo de 5 dias úteis;
 - i) Resposta aos erros e omissões reportados ao Júri do procedimento, no âmbito do concurso para a celebração do contrato de empreitada, no prazo máximo de 5 dias úteis;
 - j) Assistência técnica durante a execução da empreitada
3. A título acessório, o prestador de serviços ficará ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a cargo.
4. O concorrente obriga-se a garantir que os projetos a desenvolver no âmbito das suas obrigações contratuais observam todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes de instrumentos de gestão territorial, do regime jurídico de proteção do património cultural, do regime jurídico aplicável à gestão de resíduos de construção e demolição da regulamentação de acessibilidades e das normas técnicas de construção, garantindo a conformidade com as exigências das Entidades Externas e o Licenciamento dos projetos junto das Entidades que o exigam.

7

Subsecção II | Dever de sigilo

Cláusula 7.ª | Informação e sigilo

1. O prestador de serviços deverá prestar ao contraente público todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo o contraente público satisfazer os pedidos de informação formulados pelo cocontratante e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.



Município de Leiria Câmara Municipal

Departamento de Infraestruturas e Manutenção

T48/2021 – Elaboração do Projeto de Reabilitação do Solar de Artes da Barreira

2. Salvo quando, por força do contrato, caiba ao cocontratante o exercício de poderes públicos, compete exclusivamente ao contraente público a satisfação do direito à informação por parte de particulares sobre o teor do contrato e quaisquer aspetos da respetiva execução.
3. O contraente público e o cocontratante guardam sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto na presente cláusula, a informação e a documentação que for, comprovadamente, do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Secção II | Obrigações do Município de Leiria

Cláusula 8.ª | Preço contratual

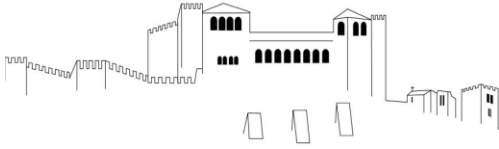
1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Leiria deverá pagar ao prestador de serviços, os serviços efetivamente prestados, nos termos da Parte II do Caderno de Encargos e de acordo com os preços constantes da lista de preços unitários da proposta adjudicada.
2. **O valor total da proposta adjudicada não poderá ser superior ao preço máximo fixado no presente Caderno de Encargos**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço referido no número anterior incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte do objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 9.ª | Revisão de preços

1. Não haverá lugar à revisão de preços durante a vigência do Contrato.

Cláusula 10.ª | Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Leiria, nos termos das cláusulas anteriores, deverão ser pagas após a receção, pelo contraente público, da respetiva fatura, no prazo de 30 dias, a qual só poderá ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Os pagamentos dos honorários serão faseados, de acordo com a seguinte distribuição:
 - a) 1.ª Fração – Entrega dos levantamentos e validação - 10% do valor da adjudicação;
 - b) 2.ª Fração – Com a entrega do Estudo Prévio - 10% do valor da adjudicação;
 - c) 3.ª Fração - Com a aprovação do Estudo Prévio - 10% do valor da adjudicação;
 - d) 4.ª Fração - Com a entrega do Projeto Base - 10% do valor da adjudicação;
 - e) 5.ª Fração - Com a aprovação do Projeto Base - 15% do valor da adjudicação;
 - a) 5.ª Fração - Com a entrega do Projeto de Execução - 15% do valor da adjudicação;
 - b) 6.ª Fração - Com a aprovação do Projeto de Execução - 20% do valor da adjudicação;
 - c) 7.ª Fração - Assistência técnica - 10% do valor da adjudicação.
3. As faturas deverão ser enviadas para o *Município de Leiria – Divisão Financeira, Largo da República, 2414-006 Leiria*, com a indicação do respetivo processo e número de compromisso, precedido da receção de um Auto de Honorários.



Município de Leiria Câmara Municipal

Departamento de Infraestruturas e Manutenção

T48/2021 – Elaboração do Projeto de Reabilitação do Solar de Artes da Barreira

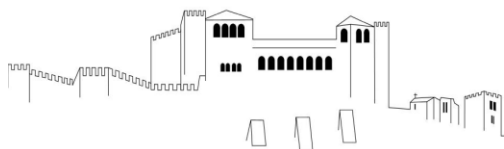
4. Para os efeitos do disposto no n.º 1, a obrigação considerar-se-á vencida com a prestação do serviço efetuado.
5. Não poderão ser propostos adiantamentos por conta do serviço a prestar.
6. Em caso de discordância por parte do Município de Leiria, quanto ao valor indicado na fatura, deverá este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. Desde que devidamente emitida a fatura e observado o disposto no n.º 1, o pagamento será efetuado preferencialmente através de transferência bancária.
8. Para garantir a boa execução do contrato, deverá ficar retido em cada pagamento ou até ao último auto de honorários, o valor de 5%, correspondente ao valor global da adjudicação, nos termos do artigo 88.º do CCP.
9. A Câmara Municipal de Leiria, nos termos da legislação em vigor, reserva-se o direito de não iniciar a execução da empreitada correspondente aos presentes projetos, por motivos e factos alheios a esta autarquia, pelo que a fração correspondente aos pagamentos dos honorários relativa ao acompanhamento e à assistência técnica não serão devidos ao adjudicatário, o qual renuncia a esta fração a foro especial, bem como renúncia ao direito de qualquer tipo de indemnização por outros encargos em que possa incorrer.
10. Caso a Câmara Municipal de Leiria não inicie a execução da empreitada correspondente aos presentes projetos dentro do prazo de 360 dias a partir da data de aprovação dos projectos de execução, a Câmara Municipal de Leiria comunicará ao adjudicatário a sua autorização para libertação da caução referida no programa de procedimento.
11. Em caso de uma decisão de extinção do contrato, uma vez aprovada uma fase de projeto e iniciada uma nova, não será considerado válido o pagamento da totalidade dessa nova fase.
12. Os honorários de projeto, correspondentes à assistência técnica ao projeto, serão pagos em prestações trimestrais durante o decorrer da empreitada em proporção ao valor dos trabalhos à data efetuados, ou, no final desta, após entrega e validação das devidas Telas Finais.
13. A não comparência às reuniões periódicas a efetuar durante a fase de acompanhamento e assistência técnica, confere o direito à Câmara Municipal de Leiria de não liquidar os honorários correspondentes aos meses em que a respetiva falta ou faltas se verificarem.

9

Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 11.ª | Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Leiria poderá aplicar ao prestador de serviços o seguinte regime de penalidades:
 - a) Incumprimento dos prazos de execução, tal como identificado no n.º 2 da Cláusula 4.º, calculada de acordo com a seguinte fórmula: $P=AdxPd$, em que P corresponde ao valor da penalidade, Ad corresponde ao número de dias em atraso e Pd ao preço/dia, fixado em 500,00 € (quinhentos euros);
 - b) Incumprimento dos prazos para resposta a pedidos de esclarecimento e erros e omissões, tal como identificado nas alíneas i) e j) do n.º 2 da Cláusula 6.º, calculada de acordo com a seguinte fórmula: $P=AdxPd$, em que P corresponde ao valor da penalidade, Ad corresponde ao número de dias em atraso e Pd ao preço/dia, fixado em 50,00 € (cinquenta euros).
 - c) 1.000,00 € (mil euros), por incumprimento de qualquer outra obrigação.
2. Quando as sanções revistam natureza pecuniária, o respectivo valor acumulado não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.



Município de Leiria

Câmara Municipal

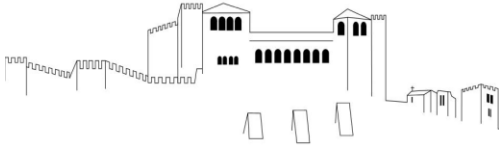
Departamento de Infraestruturas e Manutenção

T48/2021 – Elaboração do Projeto de Reabilitação do Solar de Artes da Barreira

3. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Município de Leiria decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Leiria terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Leiria exija uma indemnização pelo dano excedente.
6. Pelos encargos suportados pela Câmara Municipal de Leiria resultantes de erros e omissões do projeto que decorram de obrigações de concepção, invocados pelo empreiteiro dentro do prazo legal, ouvido o adjudicatário e aceites pelo dono da obra, no que o seu valor ultrapasse cinco por cento do valor de adjudicação da obra nova ou no caso de remodelação ou adaptação, será o adjudicatário responsabilizado até ao limite do triplo dos honorários a que tenha direito ao abrigo do respectivo contrato, salvo se a responsabilidade em causa tiver resultado de dolo ou negligência grosseira no cumprimento das suas obrigações.
7. O disposto no parágrafo anterior não invalida ou atenua as responsabilidades perante a lei, dos técnicos autores daqueles estudos ou projetos.

Cláusula 12.ª | **Força maior**

1. A não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior não será havida como incumprimento, pelo que não deverão, nesses casos, ser impostas penalidades ao prestador de serviços.
2. Entende-se como casos de força maior o conjunto de circunstâncias que impossibilitem a realização pontual das prestações, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
3. Desde que verificados os requisitos do número anterior, poderão constituir casos de força maior, entre outros, os tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. Não constituirão casos de força maior:
 - a) As circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) As determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo prestador de serviços, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - c) As manifestações populares devidas ao incumprimento de normas legais pelo prestador de serviços;
 - d) Os incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência deste ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - e) As avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços, não resultantes de sabotagem;
 - f) Os eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deverá ser imediatamente comunicada à outra parte.
6. A força maior determinará a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



Município de Leiria Câmara Municipal

Departamento de Infraestruturas e Manutenção

T48/2021 – Elaboração do Projeto de Reabilitação do Solar de Artes da Barreira

Cláusula 13.^a | Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Leiria poderá resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:
 - a) Se o estudo não contemplar as características e especificações técnicas estabelecidas neste Caderno de Encargos;
 - b) Quando o prazo para entrega de qualquer uma das fases for excedido para além de sessenta dias, por motivos exclusivamente imputáveis ao Adjudicatário;
 - c) Quando houver recusa expressa no pagamento das penalidades;
 - d) Quando se verificar fundamentamente e após notificado o adjudicatário para que se pronuncie, que a atuação deste não satisfaça ou não se revela em condições de desempenhar satisfatoriamente as obrigações que lhe incumbem, recebendo, neste caso uma parte dos honorários tendo em atenção os trabalhos já entregues e os prejuízos que para a Autarquia resultarem da rescisão e da necessidade de incumbir a outrem essas obrigações;
 - e) Após a entrega de qualquer uma das fases do projecto, tendo neste caso, o adjudicatário direito a uma indemnização pelos prejuízos emergentes da decisão tomada, que, em nenhum caso, excederá 1/4 da fração dos honorários correspondentes à fase em elaboração;
2. O direito de resolução referido no número anterior exercer-se-á mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determinará a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Leiria.
3. A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta por parte do Município de Leiria com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com incumprimento do contrato.

11

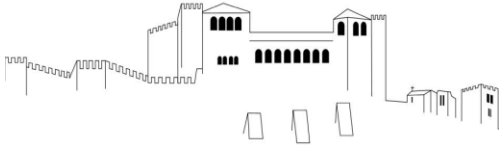
Capítulo IV - Caução e seguros

Cláusula 14.^a | Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do artigo 89.º do CCP, poderá ser executada pelo Município de Leiria, sem necessidade de prévia decisão judicial, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento definitivo, por parte do prestador de serviços, das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pelo Município de Leiria não impedirá a execução da caução, contanto que para tal haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constituirá o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 dias após a notificação do Município de Leiria para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores será liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 15.^a | Seguros

1. Serão da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as obrigações relativas ao pessoal utilizado na prestação de serviços, assim como, o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente, aquela relativa à celebração de seguros de acidentes de trabalho, ao cumprimento do horário de trabalho e à



Município de Leiria Câmara Municipal

Departamento de Infraestruturas e Manutenção

T48/2021 – Elaboração do Projeto de Reabilitação do Solar de Artes da Barreira

contratação de trabalhadores imigrantes, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.

2. O Município de Leiria poderá, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o fornecedor fornecê-la no prazo 5 dias.

Capítulo V - Resolução de litígios

Cláusula 16.ª | Foro competente

1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI - Disposições finais

Cláusula 17.ª | Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes dependerá da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, incumbe ao adjudicatário a exata e pontual execução das prestações contratuais, em cumprimento do convencionado, não podendo este transmitir a terceiros as responsabilidades assumidas perante o contraente público.

Cláusula 18.ª | Responsabilidade

1. O prestador de serviços responderá, nos termos da lei, por todos os danos ou prejuízos sofridos pelo Município de Leiria, seus trabalhadores, operadores ou terceiros, em consequência da prestação de serviços, devendo para tal celebrar os necessários contratos de seguros, conforme disposto na cláusula 14.ª.
2. Se o Município de Leiria tiver que assumir a indemnização de prejuízos que, nos termos do presente caderno de encargos, são da responsabilidade do adjudicatário, este indemnizá-lo-á em todas as despesas que, por esse facto e seja a que título for, houver que suportar, assistindo àquele Município o direito de regresso das quantias que tiver pago ou que tiver que pagar.
3. O Município de Leiria não responderá por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pelo adjudicatário, salvo culpa comprovada dos trabalhadores daquele Município, no exercício das respetivas funções.

Cláusula 19.ª | Comunicações e notificações

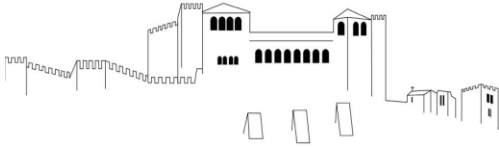
1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20.ª | Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 21.ª | Legislação aplicável

1. O contrato é regulado pela legislação em vigor.



Município de Leiria Câmara Municipal

Departamento de Infraestruturas e Manutenção
T48/2021 – Elaboração do Projeto de Reabilitação do Solar de Artes da Barreira

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Gonçalo Lopes

Parte II - Cláusulas Técnicas

Cláusula 22.ª | **Objetivos da Obra, condições e quantidades dos serviços a prestar**

1. Objectivos do projeto:

- Manter a identidade do edifício e seu simbolismo para à comunidade, preservando as suas características arquitetónicas e decorativas;
- Absorver as dinâmicas do local, identificar as suas oportunidades e carências para desenvolvimento de um programa arquitetónico e natural para um centro de produção artística;
- Promover a reinserção de um património histórico na vivência da população, tornando possível o seu ;
- Pleno aproveitamento pela comunidade artística e público em geral, reabilitando o edificado com o mínimo de alterações na sua composição e permitindo uma vivência mais convidativa e convergente, com acessos e condições ótimas de passagem, fruição e apropriação do espaço exterior — jardim;
- Incentivar a criação artística a partir do lugar, das vivências e da cultura local do espaço e do tempo;
- Promover a relação entre artistas nacionais e internacionais, apoiando e incentivando os projectos artísticos e criativos e envolvendo também a comunidade e o público em geral;
- Facultar o contacto próximo com os processos criativos, abrindo os espaços reservados ao público;
- Dinamizar e reforçar o vector da formação;

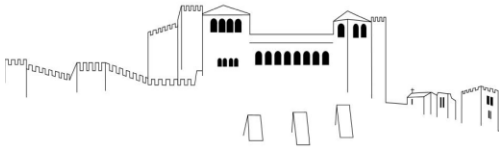
Estimular e apoiar o desenvolvimento de novos projectos num polo de criação artística, incentivando a cidadania participativa promovendo a aproximação do público com as artes, fortalecendo a dinâmica cultural do local

- Promover relação entre a arte e a natureza, num local privilegiado, de elevada qualidade, trnsquilidade e isolamento.

2. O presente caderno de encargos compreende cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de elaboração do presente projeto, tendo por base a concretização de cinco fases sequenciais de trabalho, interligadas e interdependentes, no respeito pelos objetivos gerais a atingir:

- a) Fase dos levantamentos atualizados;
- b) Fase do estudo Prévio
- c) Fase do Projeto Base;
- d) Fase do Projeto de execução;
- e) Assistência técnica.

Cláusula 23.ª | **Características gerais da obra**



Município de Leiria

Câmara Municipal

Departamento de Infraestruturas e Manutenção

T48/2021 – Elaboração do Projeto de Reabilitação do Solar de Artes da Barreira

1. Os trabalhos a contratualizar propõem-se a:
 - 1.a. LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DO EDIFÍCIO “PALÁCIO DO VISCONDE”
 - 1.b. LEVANTAMENTO ARQUITETÓNICO DO EDIFÍCIO ESCALA 1/100
2. CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO PÚBLICO AGREGADOR, INTRODUZINDO UM PROGRAMA CULTURAL E TORNANDO-O NUM POLO ATRACTIVO E DE REFERÊNCIA PARA A COMUNIDADE LOCAL.

3. PATOLOGIAS DO EDIFICADO:

O edifício apresenta diversas patologias provenientes do desgaste do tempo e falta de manutenção:

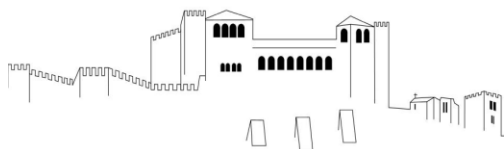
- Grande parte do pavimento do último piso apresenta um abatimento da estrutura;
- As paredes exteriores e interiores apresentam fissuras e descolamento do revestimento, juntamente com a acumulação de salitre;
- As caixilharias e algumas portas exteriores mais expostas encontram-se apodrecidas;
- Existe uma carga de humidade muito visível no piso 0, na zona do pavimento, subindo por capilaridade, assim como nas paredes enterradas do piso -1.

4 DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS

APÓS APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE TODO O PROCESSO COM A ENTIDADE ADJUDICANTE E LICENCIADORAS, ADMITE-SE UMA ÚNICA FASE PARA APRESENTAÇÃO FINAL DE TODOS OS PROJECTOS, CORRESPONDENTE A “PROJECTO DE EXECUÇÃO”.

OS PROJECTOS DE ARQUITECTURA NECESSÁRIOS SÃO:

- Coordenação de projeto
- Projecto de alterações (amarelos e vermelhos)
- Arquitectura
- Arquitectura paisagista
- Acessibilidades
- Os projetos de especialidades necessários são:
- Certificado energético do edifício existente a intervir
- Estabilidade
- Rede predial de águas
- Rede predial de esgotos domésticos
- Rede predial de esgotos pluviais
- ITED
- Energia eléctrica e iluminação
- Verificação acústica
- Segurança contra incêndios



Município de Leiria Câmara Municipal

Departamento de Infraestruturas e Manutenção

T48/2021 – Elaboração do Projeto de Reabilitação do Solar de Artes da Barreira

- Projeto AVAC\RECS que inclui certificado energético na fase de projeto (condição de melhoria)
- Plano de segurança e saúde na fase de obra
- Plano da gestão de resíduos de construção e demolição
- Mapa de medições e orçamento coordenação geral
- Assistência técnica ao projeto até à fase conclusão da obra

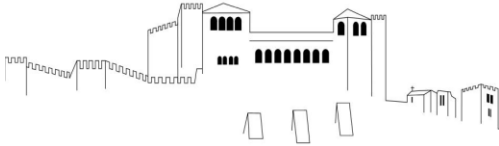
Cláusula 24.ª | **Localização da obra**



15

Cláusula 25.ª | **Levantamento topográfico e levantamento arquitetónico**

1. O levantamento topográfico a apresentar será à escala 1:200, em planimetria e altimetria (com todos os elementos geográficos e toponímicos existentes distribuídos por níveis de informação normalmente utilizados), e georreferenciados no sistema de coordenadas rectangulares, elipsóide GRS 1980 projecção Transversa Mercator, datum ETRS 89;
 - a) Os levantamento incluirá, para além dos limites espaço a intervir, abrangendo as vias circundantes e indicando os limites do terreno, a implantação de muros e construções existentes - com informação de cotas altimétricas de coroamento dos muros, cotas de soleira, cérceas e cumieira, delimitações várias (floreiras, balizas, postes, poços, marcos, eiras, etc.), zonas pavimentadas, cursos e linhas de água, taludes, talwegues, e pontos de cota altimétrica de modo a permitir uma informação total da modelação do terreno;
 - b) Serão ainda objecto de levantamento edifícios contíguos, arruamentos, bermas, passeios, tampas e caixas de infraestruturas - água, luz, e esgotos, postes da rede eléctrica e telefónica - sargetas, sumidouros, grelhas, valas, pontos de água, árvores, caldeiras e zonas arbustivas;
 - c) O levantamento topográfico, sempre que a prestação de serviços englobe a ligação às redes de infraestruturas públicas, deve incluir o levantamento cadastral das infraestruturas existentes, com identificação das cotas de soleira, diâmetros e materiais das tubagens, tipo de infraestrutura e pontos de cruzamento.
 - d) O levantamento deverá incluir a triangulação 3d do modelo digital do terreno e ficheiro de texto com a coordenadas no formato txt (PENZD).



Município de Leiria Câmara Municipal

Departamento de Infraestruturas e Manutenção

T48/2021 – Elaboração do Projeto de Reabilitação do Solar de Artes da Barreira

1.b. Levantamento arquitetónico do edifício escala 1/100

- a) Plantas dos Pisos
- b) Planta da Cobertura
- c) Alçados do edifício
- d) 2 Cortes.

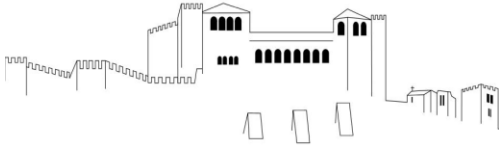
2. O levantamento topográfico deverá ser validado pelo Município.

Cláusula 26.^a | **Fase do estudo Prévio**

1. A fase do estudo prévio deve incluir os elementos descritos na Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, nomeadamente:
 - a) Artigos 5.º e 17.º da Portaria, para projetos de edifícios;
 - b) Artigos 5.º e 24.º da Portaria, para projetos de Instalações, equipamentos e sistemas de águas e esgotos;
 - c) Artigos 5.º e 30.º da Portaria, para projetos de Instalações, equipamentos e sistemas eléctricos.;
 - d) Artigos 5.º e 36.º da Portaria, para projetos de Instalações, equipamentos e sistemas de comunicações;
 - e) Artigos 5.º e 42.º da Portaria, para projetos de Instalações, equipamentos e sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC).
 - f) Artigos 5.º e 54.º da Portaria, para projetos de Instalações, equipamentos e sistemas de transporte de pessoas e cargas.
 - g) Artigos 5.º e 72.º da Portaria, para projetos de Condicionamento Acústico;
 - h) Artigos 5.º e 159.º da Portaria, para projetos de Espaços exteriores.
2. O projeto de eléctrico nesta fase deve contemplar inventário atualizado de n.º de prédios/contadores adjacentes à área de intervenção, respetiva morada e proprietário/empresa de condomínio para que se desenvolva a devida autorização/comunicação da futura intervenção em espaço privado.
3. A solução proposta de estudo prévio será alvo de apreciação e aprovação por parte do Município. Não integram no prazo de execução referido no n.º 2 da cláusula 4.^a da parte I deste caderno de encargos, os períodos de tempo que o projeto se encontre a aguardar pareceres/aprovação dos serviços da entidade adjudicante.

Cláusula 27.^a | **Fase de Anteprojeto**

1. A fase do Anteprojeto deve incluir os elementos descritos na Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, nomeadamente:
 - a) Artigos 6.º e 18.º da Portaria, para projetos de edifícios;
 - b) Artigos 6.º e 25.º da Portaria, para projetos de Instalações, equipamentos e sistemas de águas e esgotos;
 - c) Artigos 6.º e 31.º da Portaria, para projetos de Instalações, equipamentos e sistemas eléctricos;
 - d) Artigos 6.º e 37.º da Portaria, para projetos de Instalações, equipamentos e sistemas de comunicações;
 - e) Artigos 6.º e 43.º da Portaria, para projetos de Instalações, equipamentos e sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC).



Município de Leiria

Câmara Municipal

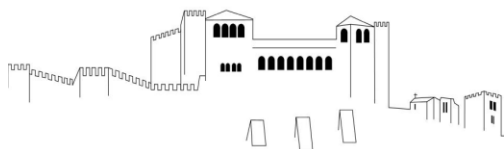
Departamento de Infraestruturas e Manutenção

T48/2021 – Elaboração do Projeto de Reabilitação do Solar de Artes da Barreira

- f) Artigos 6.º e 55.º da Portaria, para projetos de Instalações, equipamentos e sistemas de transporte de pessoas e cargas.
 - g) Artigos 6.º e 73.º da Portaria, para projetos de Condicionamento Acústico;
 - h) Artigos 6.º e 160.º da Portaria, para projetos de Espaços exteriores.
2. O Anteprojeto será alvo de apreciação e aprovação por parte do Município. Não integram no prazo de execução referido no n.º 2 da cláusula 4.ª da parte I deste caderno de encargos, os períodos de tempo em que o projeto se encontra a aguardar pareceres/aprovação dos serviços da entidade adjudicante.
 3. As alterações decorrentes dos pareceres emitidos pelas diversas entidades públicas externas a consultar estão incluídas no presente processo.
 4. Os pedidos de pareceres às diversas entidades públicas externas são solicitados nesta fase do processo.
 5. Nesta fase serão entregues as plantas parcelares com identificação das áreas de cedência dos particulares (sempre que existam) e/ou áreas de servidão, no caso de passagem de infraestruturas subterrâneas.

Cláusula 29.ª | Projeto de execução

1. O projeto de execução de arquitetura comportará, naturalmente, todos os elementos previstos na legislação em vigor e necessários à aprovação dos mesmos no que concerne à elaboração de 'Projetos de Execução de Arquitetura e Especialidades', nomeadamente e, entre outros, os constantes na Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho.
2. O Projeto de execução, destinado a facultar todos os elementos necessários à definição dos trabalhos a executar, deverá ser constituído por:
 - a) Projeto de Arquitetura (Artigos 7.º e 19.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho), incluindo:
 - i. Memória descritiva e justificativa;
 - ii. Peças desenhadas:
 1. As peças desenhadas serão compostas por plantas, alçados gerais e cortes, desenhos de pormenor, nas escalas 1:200 e 1:100 para as definições globais, 1:50 e 1:20 para as zonas de pormenor e às escalas 1:10, 1:5 e T.N. para os detalhes de pormenor, devendo conter a definição dos sistemas construtivos, materiais de execução, de revestimento e acabamento, assim como da compatibilização das especialidades e adequação aos pormenores de execução específicos de cada uma delas.
 2. Em termos de opções de arquitetura, serão ainda previstas áreas de reserva para instalações de equipamentos a instalar pelos próprios operadores – das boxes e/ou, sobretudo, das lojas, escritórios e de outros espaços comerciais complementares que se possam vir a definir - para efeitos de operacionalidade relacionada com a atividade.
 3. Estes elementos apresentar-se-ão nas escalas 1:200 e 1:100 para as definições globais, 1:50 e 1:20 para as zonas de pormenor e às escalas 1:10, 1:5 e T.N. para os detalhes de pormenor.
 4. Fichas/Mapa Síntese da Intervenção Proposta, organizadas por Bloco/Espaço;
 5. Plano de Acessibilidades e Mobilidade.
 - b) Projetos das Especialidades, designadamente:
 - i. Projeto de estruturas, incluindo projeto de escavações e contenção periférica, muros de suporte, de vedação ou outras construções exteriores ao edifício (alíneas 3) e 4) do artigo 19.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho);
 - ii. Instalações, equipamentos e sistemas de águas e esgotos (artigo 26º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho), incluindo as respetivas ligações à rede pública (por tipo de infraestrutura), identificando em planta os locais das ligações, conforme as cláusulas técnicas especiais do SMAS, devendo os projetos serem aprovados pela entidade competente (SMAS);



Município de Leiria

Câmara Municipal

Departamento de Infraestruturas e Manutenção

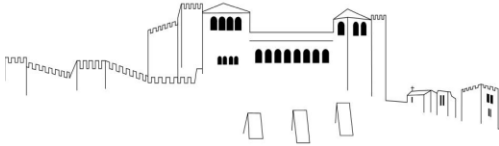
T48/2021 – Elaboração do Projeto de Reabilitação do Solar de Artes da Barreira

- iii. Instalações, equipamentos e sistemas eléctricos, nomeadamente distribuição de energia, iluminação normal e de emergência, tomadas, alimentação dos equipamentos, caminhos de cabos, rede de terras (artigo 32.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho);
- iv. Instalações, equipamentos e sistemas de comunicações (artigo 38.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho);
- v. Instalações, equipamentos e sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC) (artigo 44.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho);
- vi. Instalações, equipamentos e sistemas de transporte de pessoas e cargas (artigo 56.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho);
- vii. Projeto de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE), ao abrigo do Decreto-Lei nº 220/2008, de 12 de novembro, regulamentado pela Portaria nº 1532/2008, de 29 de dezembro. O projeto deve incluir a informação descritiva necessária ao preenchimento da plataforma oficial da ANPC;
- viii. Condicionamento Acústico (artigo 74.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho);
- ix. Projeto de eficiência energética (RSECE, RCCTE, QAI, incluindo a emissão de declarações de conformidade regulamentares) (alínea 6) do artigo 19º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, e restante legislação técnica em vigor);
- x. Certificação energética do Edifício Existente;
- xi. Certificação Energética do Projeto (Pré-Certificação SCE);
- xii. Projeto de Acessibilidades, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08 de Agosto, e respetivo ANEXO que define as "Normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada";
- xiii. Plano de condicionalismos na utilização dos edifícios, espaços exteriores ou outras zonas durante a execução da empreitada;

18

3. Para além de acima referido, deverá ainda ser constituído pelos seguintes elementos:

- a) Identificação do coordenador geral de projetos, incluindo um termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador do projeto que ateste a compatibilidade entre os vários projetos de especialidade, elaborado nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 10º do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo decreto-lei n.º 26/2010, de 30 de março;
- b) Quer o projeto de arquitetura quer o projeto de arranjos exteriores deve garantir as acessibilidades, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08 de Agosto, e respetivo ANEXO que define as "Normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada".
- c) O Projeto de Instalações Elétricas deve incluir videoporteiro, com aprovação por técnico qualificado, de acordo com a legislação em vigor, e ligações entre os espaço público até à prumada de entrada na edificação (para negociação futura com privado):
 - i. Em fase de projeto de execução deve projetar/medir/contabilizar as devidas ligações desde o ponto de entrega da rede pública (limite de propriedade) até ao ponto de recepção na fachada privada (em distância variável), tendo em conta as regras / normativos em vigor.
- d) Plano de Segurança e Saúde em projeto, com indicação do coordenador de Segurança em projeto;
- e) Plano de gestão e prevenção de resíduos da construção, sendo que o projeto de execução deve contemplar sempre que tecnicamente exequível, a utilização de pelo menos 5 % de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra, conforme estipulado no n.º 8 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho.



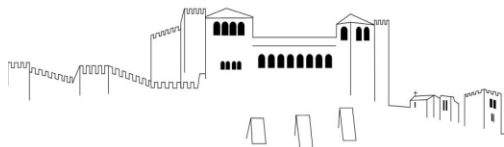
Município de Leiria

Câmara Municipal

Departamento de Infraestruturas e Manutenção

T48/2021 – Elaboração do Projeto de Reabilitação do Solar de Artes da Barreira

- f) Mapa global de medições e de quantidades de todos os projectos compilado num único documento, elaborado em Excel;
- g) Orçamento com estimativa de custos por rubrica baseada nas quantidades e qualidades de trabalho constantes das medições, elaborado em Excel;
- h) Pretende-se a entrega dos mapas de medições e orçamento do projeto com os trabalhos devidamente separados por capítulos, garantindo a total separação por matérias (Revestimentos, Cantarias, impermeabilizações...etc) e por especialidades (arquitetura, estruturas, AVAC...etc). Os valores apresentados nestes documentos devem ser arredondados a duas casas decimais.
- i) No mapa de medições e orçamento, o projetista deverá prever um artigo respeitante à entrega das Telas finais, devendo o mesmo ter o seguinte descritivo: «Entrega de telas finais em formato DGN ou DXF, Projeção - Transverse Mercator Datum - ETRS89 , Elipsóide - GRS80, com os temas divididos por níveis, devidamente separados por tipo, diâmetros, materiais e outras características, incluindo termos de responsabilidade do técnico responsável pela elaboração das telas finais, de acordo com as normas vigentes.». Este descritivo deverá constar também das peças escritas do processo de concurso (condições técnicas).
- j) Processo de conclusão de obra/Assistência técnica:
- i. Validação das Telas finais. Com as telas finais de todas as especialidades, serão também entregues:
1. Listagem dos instaladores se subcontratados;
 2. Fichas técnicas e instruções de manutenção dos equipamentos instalados;
 3. Garantias dos equipamentos.
- k) Todos o(s) projeto(s) deverão ainda conter:
- i. Memória descritiva e justificativa;
 - ii. Cálculos justificativos;
 - iii. Mapas de medições de cada projeto específico, elaborado em Excel;
 - iv. Mapa de quantidades de trabalho de cada projeto específico, elaborado em Excel;
 - v. Mapa de orçamento de cada projeto específico, elaborado em Excel;
 - vi. Termos de responsabilidade, declarações da ordem e respectivo seguro de responsabilidade civil;
 - vii. Planta síntese de todas as infraestruturas projetadas;
 - viii. Caderno de Encargos das Condições técnicas especiais de todas as especialidades, contendo a identificação dos materiais a empregar e do modo de execução dos trabalhos, incluindo os trabalhos relacionados com os melhoramentos no edifício existente e exterior.
- l) Eficiência energética:
- i. De modo a reduzir o consumo de energia deverão ser previstas medidas de eficiência energética, nomeadamente instalação de sistemas de iluminação de baixo consumo, sistemas de aquecimento de águas sanitárias a partir de fontes de energia renovável e sistemas fotovoltaicos e de armazenamento de energia para autoconsumo.
 - ii. No que respeita a iluminação adotar medidas de eficiência energética que garantam adequados níveis de segurança e conforto para os utilizadores do espaço e a redução dos consumos energéticos associados ao edifício.
- m) Eficiência hídrica:
- i. Deverão ser privilegiadas soluções que visem a eficiência hídrica, incluindo a integração de equipamentos eficientes (chuveiros, autoclismos com dupla entrada de água (potável não potável), fluxómetros, redutores de pressão e reguladores de causal).



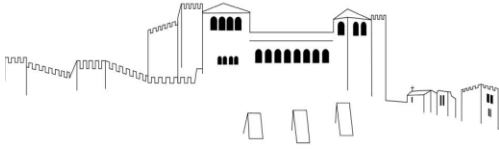
Município de Leiria

Câmara Municipal

Departamento de Infraestruturas e Manutenção

T48/2021 – Elaboração do Projeto de Reabilitação do Solar de Artes da Barreira

- ii. Também ao nível da gestão dos recursos hídricos deverá ser dada especial atenção à implementação de sistemas de reutilização/recirculação de águas pluviais, sempre que possível, para por exemplo rega dos espaços verdes.
 - iii. Deverão ser privilegiadas soluções que visem a eficiência hídrica, incluindo a integração de pavimentos mais permeáveis e drenantes, jardins verticais e jardins de chuva.
- n) Medidas de redução do ruído:
- i. Implementar medidas de mitigação do ruído ambiental, sobretudo quando a área de intervenção se situar nas zonas sensíveis ou mistas.
4. Todas as peças do projeto deverão estar devidamente assinadas pelos seus autores e acompanhadas dos respetivos termos de responsabilidade previstos na legislação aplicável.
5. O adjudicatário obriga-se a alterar ou completar o projeto de acordo com nova legislação que venha a ser publicada ou que entre em vigor no prazo de elaboração do projeto, bem como com as exigências previstas nos pareceres vinculativos das entidades envolvidas.
6. Será da responsabilidade e encargo do adjudicatário promover as visitas, registos e diligências necessárias para a obtenção dos cadastros das restantes infraestruturas, junto das entidades competentes, bem como a validação e confirmação dos cadastros disponibilizados, até à fase do projeto de execução.
7. O Projeto será desenvolvido conforme estipulado na Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho e de acordo com as seguintes fases:
- a) 1.ª FASE – LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO E LEVANTAMENTO ARQUITETÓNICO
- i. Deverá conter os elementos descritos na cláusula 25.ª da parte II deste caderno de encargos;
 - ii. O levantamento cadastral deverá permitir a identificação dos limites da parcela a intervir;
 - iii. O levantamento topográfico deve incluir os dados das infraestruturas existentes para possibilitar a elaboração das plantas com identificação das respetivas ligações à rede pública (por tipo de infraestrutura).
- b) 2.ª FASE – ESTUDO PRÉVIO
- i. Após validação do levantamento topográfico e arquitetónico.
- c) 4.ª FASE – ANTEPROJECTO OU PROJETO BASE | LICENCIAMENTO
- i. A fase de Anteprojecto reflectirá a revisão do Estudo Prévio, segundo indicações da Câmara Municipal, com inclusão dos elementos referentes à totalidade das áreas de arquitetura e engenharia, nos termos previstos na Portaria n.º 701-H/ 2008, de 29 de julho.
 - ii. Para efeitos de Licenciamento, a documentação deverá conter todos os elementos necessários a apresentar às entidades competentes nos moldes em que estas o exigam, sendo o adjudicatário responsável pelo acompanhamento dos projetos nas entidades licenciadoras.
- d) 5.ª FASE – PROJECTO DE EXECUÇÃO
- i. A fase de Projecto de Execução facultará, nos termos previstos Portaria n.º 701-H/ 2008, de 29 de julho, todos os elementos necessários à definição rigorosa dos trabalhos a executar. Nesta fase inclui-se também a elaboração das bases do Plano de Conservação e Manutenção dos equipamentos a instalar (caso existam).
 - ii. O Projecto de Execução deverá, ainda, ser acompanhado dos seguintes elementos:
 - 1. Descrição dos trabalhos preparatórios ou acessórios, tal como previstos no artigo 350.º do Código dos Contratos Públicos;
- e) 6.ª FASE – ASSISTÊNCIA TÉCNICA – conforme estabelecido na Portaria n.º 701-H/ 2008, de 29 de julho e na cláusula 37.ª deste caderno de encargos.



Município de Leiria Câmara Municipal

Departamento de Infraestruturas e Manutenção

T48/2021 – Elaboração do Projeto de Reabilitação do Solar de Artes da Barreira

Cláusula 30.ª | **Equipa Técnica**

1. O adjudicatário deve apresentar e propor formar uma equipa projetista cuja coordenação deve ser assumida por um técnico responsável com a qualificação profissional exigida, de acordo com o disposto na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual, considerando as categorias identificadas na portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho,
2. O técnico coordenador deve cumprir, cumulativamente, os seguintes requisitos, que devem ser garantidos pelo adjudicatário:
 - a) Licenciatura em arquitetura, área fundamental para o desenvolvimento do projeto;
 - b) Inscrição válida na Ordem dos Engenheiros;
 - c) Experiência relevante, no mínimo de 10 anos.
3. A equipa projetista será necessariamente constituída, para além do Coordenador, pelos técnicos autores indispensáveis ao desenvolvimento dos estudos e projetos, de acordo com o apresentado na Cláusula 22.ª da Parte II do presente Caderno de Encargos.
4. A equipa projetista referida no número no ponto 3, só poderá ser alterada mediante prévio e exposto consentimento da Entidade Adjudicante.

Cláusula 31.ª | **Elementos a fornecer pelo Município de Leiria**

1. A Entidade Adjudicante fornecerá apenas os elementos que constam do presente processo de concurso.
2. Será da responsabilidade e encargo do adjudicatário promover as diligências necessárias para a validação e confirmação da adequação dos referidos elementos à realidade.

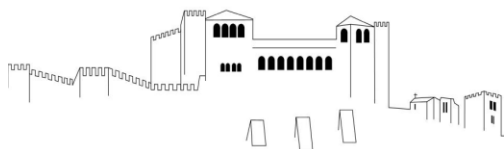
Cláusula 32.ª | **Acompanhamento dos estudos e projetos**

1. O contacto oficial do Departamento é através dos serviços de técnicos e de secretaria são:

angelica@cm-leiria.pt e mjose@cm-leiria.pt (secretaria)

sandramacedo@gmail.com e jmoreira@cm-leiria.pt (divisão de projetos) ou o técnico nomeado como coordenador do projeto.

Deverá incluir-se a receção das versões digitais do projeto, enviados com ofício-protocolo e no assunto a referência ao respetivo T48/21.
2. Os Técnicos indicados pela Câmara Municipal de Leiria acompanharão todo o desenvolvimento do projeto, desde o início do contrato até à sua conclusão.
3. Incumbirá, ainda, ao adjudicatário participar em reuniões de trabalho, na Câmara Municipal de Leiria ou em outro local/entidade a definir oportunamente, em qualquer altura da vigência do contrato e sempre que necessário, a realizar por iniciativa do primeiro outorgante ou do coordenador do projeto com a concordância da Câmara Municipal de Leiria, desde o estabelecimento das bases programáticas ou de outras diretivas necessárias à satisfação do contrato até à receção provisória do empreendimento. Compete também ao coordenador, apresentar sugestões tendo em vista a resolução dos problemas levantados pela forma mais adequada, quer técnica, quer funcional, quer económica.
4. Nas reuniões referidas no ponto anterior e conforme a natureza dos trabalhos, participarão todos ou parte dos componentes da equipa projetista, mas sempre o coordenador ou um seu delegado, bem como os representantes da Câmara Municipal de Leiria.



Município de Leiria

Câmara Municipal

Departamento de Infraestruturas e Manutenção

T48/2021 – Elaboração do Projeto de Reabilitação do Solar de Artes da Barreira

5. Do que for tratado e resolvido em cada reunião será elaborado um relatório/ata pelo coordenador do projeto, que o apresentará devidamente assinado ao representante do que é o 1º outorgante, no prazo de cinco dias úteis, a contar da data da reunião a que diga respeito, para que todos os intervenientes o possam analisar antes da reunião seguinte.

Cláusula 33.ª | Alterações exigidas

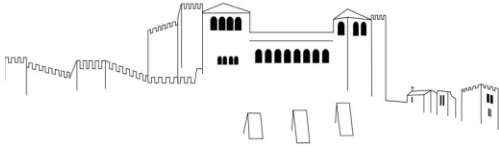
1. O adjudicatário obriga-se a executar todas as alterações necessárias aos programas de trabalho e estudos parcelares decididos pela Câmara Municipal de Leiria.
2. As alterações aos projetos já elaborados e aprovados ou trabalhos novos resultantes de razões não imputáveis ao adjudicatário serão pagos de forma a acordar antes da sua realização, nos termos legais aplicáveis.
3. O prazo para introdução de alterações aos projetos já elaborados e aprovados ou trabalhos novos resultantes de razões não imputáveis ao adjudicatário, será acordado pelas partes outorgantes.
4. Poderá a Câmara Municipal de Leiria, em face de circunstâncias excecionais, mandar suspender qualquer fase dos estudos em curso, pelo não cumprimento, por parte do adjudicatário, de instruções recebidas que se integrem no âmbito do presente caderno de encargos.
5. Nas circunstâncias, referidas no número anterior, o adjudicatário não será indemnizado por quaisquer prejuízos daí resultantes.

Cláusula 34.ª | Revisão de projeto

1. Por decisão municipal, aquando e execução de revisão do projeto, o adjudicatário obriga-se a coordenar a análise de relatórios de revisão, no sentido de apresentar correções ao Projeto de Execução.
2. As propostas de alteração devem ser validadas ou justificadas em quadro comparativo entre o Relatório de Revisão Preliminar e Final.
3. Os prazos de apresentação das versões seguinte de Projeto de Execução são de 15 dias, a contar da recepção dos devidos relatórios de revisão de projeto.

Cláusula 35.ª | Estudo Económico

1. Quando o valor do preço base for igual ou superior a 5 000 000,00€ (euros) é necessário desenvolver a fundamentação prevista no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, com recurso a economista habilitado para realizar um relatório (e tratamento de dados) baseado numa avaliação de custo/benefício contendo, nomeadamente e quando aplicável para a realização de tal investimento:
 - a) A identificação do tipo de beneficiários do contrato a celebrar;
 - b) A taxa prevista de utilização da infraestrutura, serviço ou bem;
 - c) A análise da rentabilidade;
 - d) Os custos de manutenção;
 - e) A avaliação dos riscos potenciais e formas de mitigação dos mesmos;
 - f) O impacto previsível para a melhoria da organização;
 - g) O impacto previsível no desenvolvimento ou na reconversão do país ou da região coberta pelo investimento.



Município de Leiria

Câmara Municipal

Departamento de Infraestruturas e Manutenção

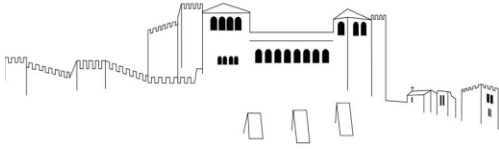
T48/2021 – Elaboração do Projeto de Reabilitação do Solar de Artes da Barreira

Cláusula 36.^a | **Exemplares a fornecer à Câmara Municipal de Leiria e modo de apresentação**

1. Os elementos definidos nas Cláusulas 25.^a a 29.^a da Parte II do presente Caderno de Encargos deverão ser entregues em 1 (um) CD/DVD, contendo a totalidade do trabalho em formato digital, sendo as cópias em papel as seguintes:
 - a) 1 (uma) cópia do Estudo Prévio, incluindo os levantamentos topográficos e arquitetónicos;
 - b) As cópias necessárias do Anteprojecto para apresentar às entidades competentes nos moldes em que estas o exijam;
 - c) 3 (três) exemplares completos do Projeto de Execução (após terem sido licenciados/aprovados/certificados, pelas entidades competentes) em formato de papel, devidamente subscritos pelo coordenador da equipa projetista e pelos autores dos projetos setoriais, possuindo um dos exemplares a posição de "ORIGINAL" em todas as peças escritas e desenhadas.
2. Além destes exemplares, deverá ainda ser fornecida uma coleção em suporte informático das:
 - d) PEÇAS ESCRITAS, apresentadas em Word 2007 e/ou Excel 2007, consoantes os casos (versão EDITÁVEL) e PDF (versão NÃO EDITÁVEL);
 - e) PEÇAS GRAFICAS, apresentadas em AutoCad 2010 ou versão compatível, em formato EDITÁVEL em DWG – e NÃO EDITÁVEL, em DWF e PDF;
 - f) Todos os ficheiros devem ser nomeados com o máximo de 15 caracteres, sem espaços (utilização de traço baixo/underscore), cedilhas e acentos;
 - g) O MQT (mapa de quantidades de trabalhos) deve apresentar-se numerado, sequencialmente, em todos os capítulos, artigos e subartigos, de forma crescente.
3. Os exemplares de todos os projetos adjudicados serão devidamente individualizados e organizados (quer em papel, por especialidade, quer informaticamente, por especialidade, com as peças a serem disponibilizadas, por pasta informática individualizada (numerada) e constituída por sub pastas que contenham as peças em formato "EDITÁVEL" e "NAO EDITÁVEL" (PEÇAS ESCRITAS e PEÇAS GRAFICAS), sendo que para apresentação e aprovação nas entidades competentes e intervenientes no processo de licenciamento e/ou aprovação e/ou certificação, sob a forma exigida por aquelas entidades, legislação e regulamentos em vigor aplicáveis, sendo que as diligências técnicas inerentes são da responsabilidade do adjudicatário.
4. Deverá existir uma pasta "PARECERES" onde inclui, por especialidade ou servidão, o devido documento por entidade.
5. Os encargos respeitantes aos custos e/ou taxas de licenciamento/aprovação/certificação associados aos programas e estudos objeto do presente procedimento são da responsabilidade da Câmara Municipal de Leiria.
6. Em sede de entrega das diversas fases do projeto, será fornecido um Power Point para apresentação síntese deste, de apoio à decisão.
7. Da presente prestação de serviço, serão fornecidas à Câmara Municipal de Leiria, no mínimo, 2 imagens 3D para publicitação externa do Projeto: de 300dpi e para outdoor (4x3m) ou (6x3m) de 160 dpi. de resolução
8. Após a execução da empreitada, e, em articulação com o empreiteiro adjudicatário, da presente prestação de serviços, deverá ser fornecido à Câmara Municipal de Leiria um exemplar das telas finais em formato papel, e em suporte informático, quer das peças escritas quer das peças desenhadas, conforme o definido no n.º 3.

Cláusula 37.^a | **Assistência técnica**

Durante os períodos de planeamento e de execução da obra, o adjudicatário obriga-se a responder pela assistência técnica ao projeto, podendo delegá-la num técnico de reconhecida competência em trabalhos similares, aceite pela Câmara Municipal de Leiria.



Município de Leiria

Câmara Municipal

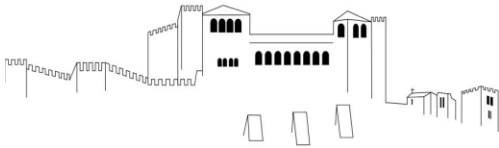
Departamento de Infraestruturas e Manutenção

T48/2021 – Elaboração do Projeto de Reabilitação do Solar de Artes da Barreira

1. Ao adjudicatário não competirá a direção técnica, administrativa ou fiscalização da obra, sem prejuízo da assistência técnica que lhe incumbe e na medida em que a mesma lhe seja requerida, nomeadamente no respeitante:
 - a) Ao esclarecimento de dúvidas de interpretação e à prestação de informações complementares relativas a ambiguidades ou omissões dos projetos;
 - b) À apreciação de documentos no âmbito da assistência técnica apresentados pelos fornecedores ou empreiteiros da obra; Para a presente alínea, estipula-se o prazo máximo de resposta da consulta à equipa projetista, via e-mail ou;
 - c) por visita presencial de assistência técnica, no prazo máximo de 5 dias úteis com formalização de resposta via e-mail à fiscalização.
 - d) Durante a fase de execução da empreitada, o adjudicatário obriga-se a acompanhar e a prestar a assistência técnica com uma periodicidade semanal no local da obra, e sempre que o desenvolvimento dos trabalhos o justificar.
 - e) Durante a fase de execução da empreitada, quando em sede de projeto de execução se inclui aquisição de equipamento ou sistemas tecnológicos, o desfasamento temporal entre a sua definição e a sua implementação obrigará a atualização tecnológica, face à legislação aplicável ou à descontinuidade dos mesmos, à data. O mesmo carecerá de prévia aprovação por parte da fiscalização.
2. A assistência técnica compreende, para além das obrigações referidas no ponto 2, durante a fase de execução do contrato e até à adjudicação da obra, as seguintes atividades:
 - a) Esclarecimento de dúvidas relativas ao projeto durante a preparação do processo do concurso para adjudicação da empreitada;
 - b) Prestação de informações e esclarecimentos solicitados por candidatos a concorrentes, sob a forma escrita e exclusivamente por intermédio do Dono da Obra, sobre problemas relativos à interpretação das peças escritas e desenhadas do projeto;
 - c) Prestação do apoio ao Dono da Obra na apreciação e comparação das condições da qualidade das soluções técnicas das propostas de molde a permitir a sua correta ponderação por aquele, incluindo a apreciação de compatibilidade com o projeto de execução, constante do caderno de encargos, de variantes ou alterações que sejam apresentadas;
3. Os serviços de assistência técnica especial serão efetuados a todo o tempo pelo projetista, ou por ele contratados e envolvem, nomeadamente:
 - a) Apreciação técnico-económica de projetos variantes apresentados a concurso, sem prejuízo do disposto nos pontos 2 e 3;
 - b) Apreciação técnico-económica de alternativas que venham a ser propostas pelo empreiteiro;
 - c) Verificação da qualidade dos materiais, da qualidade de execução dos trabalhos relevantes, do fornecimento e montagem dos equipamentos e instalações, bem como a elaboração dos respetivos pareceres;
 - d) Elaboração dos planos ou projetos de monitorização e manutenção;
 - e) Elaboração de desenhos de preparação de obra, quando os mesmos não sejam elaborados pelo empreiteiro;
 - f) Participação nos ensaios e recepção das obras.
4. As atividades relativas à Assistência Técnica e Assistência Técnica Especial são definidas na Portaria 701-H/2008 de 29 julho.

Cláusula 38.ª | **Condicionantes orçamentais**

1. O prestador de serviços fica obrigado a prestar o seu serviço de acordo com as diretrizes da entidade adjudicante a nível orçamental, respeitando os limites impostos por esta, para a posterior execução da empreitada.



Município de Leiria Câmara Municipal

Departamento de Infraestruturas e Manutenção

T48/2021 – Elaboração do Projeto de Reabilitação do Solar de Artes da Barreira

Cláusula 39.^a | **Manutenção do espaço**

1. Deverá o prestador de serviços, no desenvolvimento dos projetos, ter em atenção os custos de manutenção associados a determinadas opções técnicas e construtivas, optando, sempre que possível, por soluções de maior grau de sustentabilidade.